

General: “Sigilo não deve ser eterno”

Na CPI Mista dos Cartões Corporativos, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, avaliou que nem todo gasto da Presidência deve ser considerado sigiloso. Ele também sugeriu que seja dado prazo para o sigilo das informações, que, após alguns anos, deveriam ser abertas à sociedade. A CPI ouviu ainda o ministro da Pesca, Altemir Gregolin, que, sob acusação de deputados, negou irregularidades no uso de cartão corporativo e disse ter devolvido recursos gastos por engano. **Página 3**



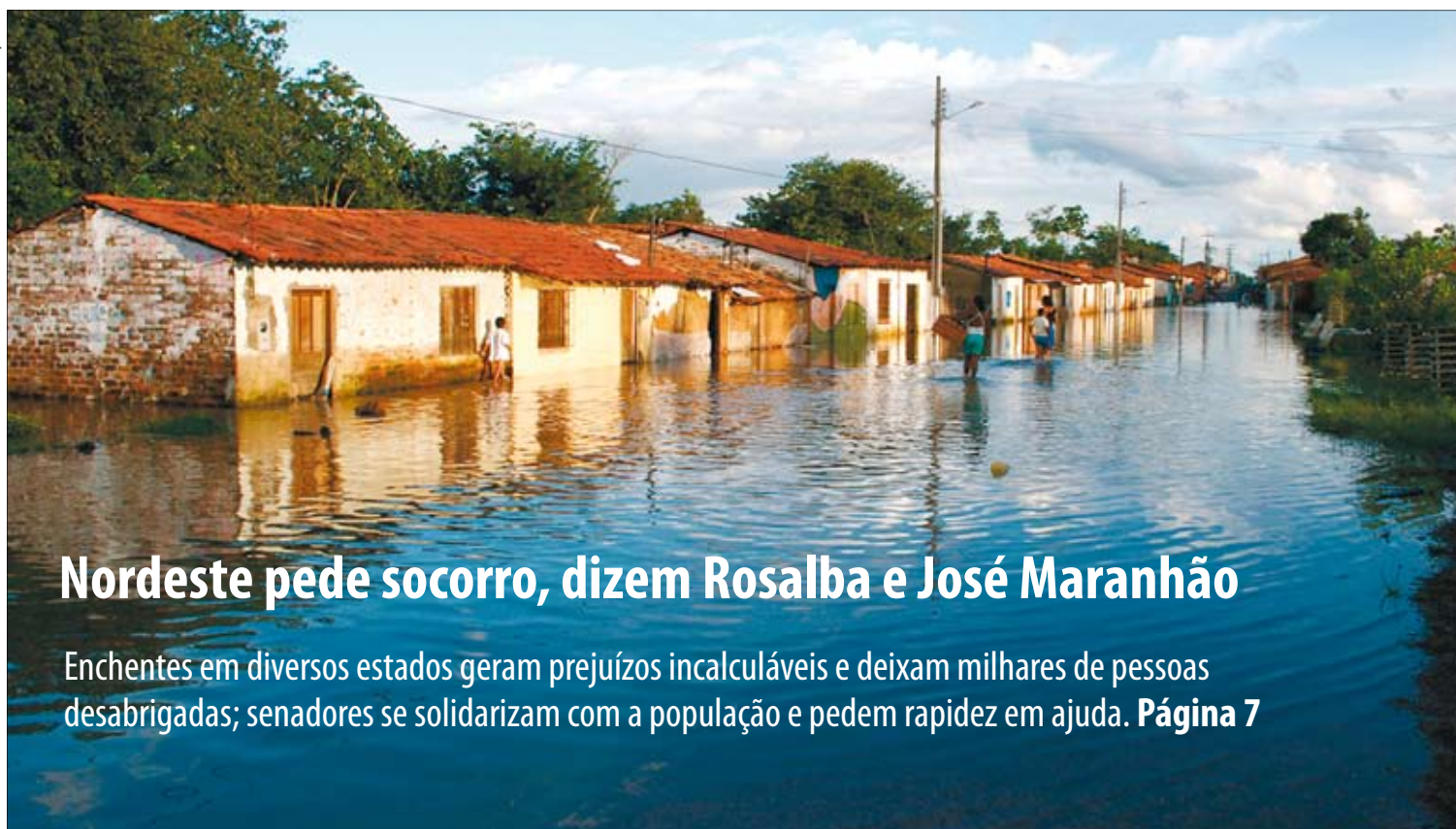
Presidente da CPI, Marisa Serrano (que acompanha depoimento de Cardoso) diz que, se requerimentos de convocação de autoridades continuarem a ser derrubados, poderá definir prazo para relator Luiz Sérgio (C) apresentar relatório final

Marcia Kolumbe

Seis medidas provisórias impedem análise de 70 propostas em Plenário

Maioria das MPs que trancam votações abre créditos bilionários para a Justiça Eleitoral e órgãos do Executivo. Análise ocorre na terça. **Página 2**

Van der Veen/Frickr



Nordeste pede socorro, dizem Rosalba e José Maranhão

Enchentes em diversos estados geram prejuízos incalculáveis e deixam milhares de pessoas desabrigadas; senadores se solidarizam com a população e pedem rapidez em ajuda. **Página 7**

O município de Trizidela do Vale, no Maranhão, reflete o drama que se espalha por diversos estados do Norte e Nordeste: a população convive com inundações

Divergência sobre ação da PF em área indígena

Sibá, Fátima Cleide e Cristovam criticam suspensão da retirada de ocupantes da reserva Raposa Serra do Sol. Mozarildo Cavalcanti elogia. **Página 6**

Um dia de solidariedade a Ingrid Betancourt

Duas comissões do Senado aprovaram requerimento criando o Dia Mundial de Solidariedade à ex-senadora colombiana refém das Farc. **Página 6**

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Das medidas provisórias que trancam a pauta, quatro se destinam a abrir créditos extraordinários de quase R\$ 10 bi para a Justiça Eleitoral e para órgãos do Poder Executivo



Somente depois de analisar MPs, Plenário poderá decidir sobre assuntos como redução da imputabilidade penal e o voto aberto

Seis MPs travam exame de 70 propostas em Plenário

Apesar do esforço do Plenário na semana passada, seis medidas provisórias estão trancando a pauta desde ontem, sobrestando mais de 70 matérias prontas para votação, incluindo propostas de emendas constitucionais e projetos de lei importantes.

Entre as PECs, estão as que adotam o voto aberto em decisões sobre a perda de mandato de parlamentares. Na ordem do dia, encontram-se seis PECs que tratam da imputabilidade penal para menores de 18 anos. Diversos projetos na pauta têm como autoras as comissões parlamentares de inquérito que investigaram a crise da aviação civil e as mudanças climáticas.

Para contornar o trancamento da

pauta, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, busca o entendimento entre governo e oposição, como ocorreu na sessão da quarta-feira, quando foi possível votar três MPs e, em seguida, projetos dispendendo sobre mais recursos para a saúde e benefícios para os aposentados. O acordo previa ainda a leitura de novas MPs que passaram a trancar a pauta e que deverão ser apreciadas somente na terça-feira.

Entre elas, está o projeto de lei de conversão (PLV 7/08), proveniente da MP 385/07, que dá novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado; a MP 405/07, que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 5,5 bilhões em favor da Justiça Eleitoral e de órgãos do Executivo; e finalmente

a MP 406/07, que abre crédito extraordinário, também em favor do Executivo, no valor R\$ 1,3 bi.

Mais três MPs com prazo de votação esgotado passaram a trancar a pauta do Senado ontem. A MP 407/07 autoriza a prorrogação do prazo de recebimento de gratificações pelos servidores da Advocacia Geral da União e a prorrogação do prazo de manutenção de funções comissionadas técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e no Ministério da Cultura.

Em seguida, foram lidas a MP 408/07, que abre crédito extraordinário de R\$ 3 bilhões em favor de órgãos do Executivo; e a MP 409/07, que abre ao Executivo crédito de R\$ 750 milhões.

Projeto estabelece cronograma de nomeação nos editais de concursos

O projeto do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) que determina o estabelecimento de cronograma de nomeação nos editais de concursos públicos espera decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria altera a lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis (Lei 8.112/90).

A proposta (PLS 122/08) determina que, além do prazo de validade do concurso e das condições de sua realização, o edital, publicado no *Diário Oficial* da União e em jornal diário de grande circulação, inclua as vagas a serem obrigatoriamente preenchidas no prazo de validade do certame e o cronograma das nomeações planejadas.

O senador lembra que a aprovação em concurso público não é garantia de nomeação, mas a não-nomeação de candidatos aprovados, em vez de exceção, vem se tornando lugar-comum nos últimos anos, carta branca



Marconi quer que editais incluam as vagas a serem obrigatoriamente preenchidas

para o “poder discricionário” por parte de administradores públicos “insensíveis ao interesse público e aos esforços dos candidatos”.

Para Marconi, não é razoável que um órgão realize concurso público anunciando cem vagas e, ao final do prazo de validade, não preencha todas elas.

– Além de não estar realizando um planejamento sério, está brincando com a vida daqueles que se dispuseram a se preparar para o certame – completa Marconi.

Correção

Ao contrário do que foi noticiado na edição do **Jornal do Senado** de ontem, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 305/06, base de substitutivo da Câmara e que seguiu à sanção presidencial após aprovação pelo Senado Federal, tem como autor o senador Tião Viana (PT-AC) e não Renan Calheiros (PMDB-AL). O substitutivo estabelece a redução do fuso horário vigente no estado do Acre e em parte dos estados do Amazonas e Pará.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário do Senado

A sessão, às 9h, é não-deliberativa, destinada apenas a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão o senador Papaléo Paes (PSDB-AP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP)

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Morais
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Morais
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Efraim Morais, Alvaro Dias, Mão Santa, Eduardo Azeredo e Mozarildo Cavalcanti

Jane Araújo



Presidente afirma que seu dever é seguir processo de criação de CPI

Garibaldi diz que sempre foi contra uma segunda CPI

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, reafirmou que sempre foi contrário à criação de uma nova comissão parlamentar de inquérito para investigar o uso dos cartões corporativos. Ele disse que, como presidente, cumpriu seu dever constitucional de ler o requerimento de criação da CPI, mas como senador acha redundante duas comissões destinadas a investigar o mesmo assunto.

– Eu sempre fui contra essa CPI. Essa é minha opinião como parlamentar. Como presidente, eu cumpro o meu dever e ela está aí. Eu atendi a tudo o que era possível fazer. Agora, o desdobramento é de quem pediu e que eles façam tudo para chegar ao que almejam em termos de investigação – declarou.

Atualmente, o uso de cartões corporativos pelo governo está sendo investigado por comissão parlamentar de inquérito mista, composta por deputados e senadores. Logo após ler, na terça-feira, o requerimento da oposição para instalar comissão exclusiva do Senado para essa investigação, Garibaldi enviou ofício aos líderes partidários pedindo que eles indicassem seus representantes no novo colegiado.

Os partidos devem indicar os nomes levando em conta a exigência regimental de que um parlamentar não pode integrar, simultaneamente, mais de duas CPIs. O regimento diz ainda que, indicado para duas comissões, o parlamentar terá que integrar uma como titular e outra como suplente. Só depois de os partidos enviarem à Presidência do Senado esses nomes, eles serão lidos em sessão pelo presidente da Casa e então a nova CPI poderá ser instalada.

Presidente e relator da CPI já começam a colher sugestões para mudar lei sobre sigilos e *layout* do cartão para evitar confusão

Ex-ministro: sigilo sim, mas não para todo gasto

Em depoimento na CPI Mista dos Cartões Corporativos, o general Alberto Cardoso, ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, afirmou que as contas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) devem ser todas sigilosas. Já outros gastos de órgãos vinculados à Presidência, observou, têm de ser examinados individualmente.

O ex-ministro informou ainda não saber quais normas são usadas atualmente para decidir o que é sigiloso ou não, mas lembrou que

decreto de 1986 delega aos ministros a responsabilidade de decidir o grau de sigilo que desejam dar às informações.

A presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), disse que não se pode “banalizar as exceções”, ou seja, tornar o sigilo uma norma.

Cardoso declarou que a necessidade de sigilo sobre gastos da Presidência “não é eterna”. O general destacou que optar pelo sigilo é uma decisão antecedida por um processo sério, e não uma deliberação

tomada aleatoriamente.

– A necessidade do sigilo não é eterna. O sigilo é necessário naquele momento, para que o chefe de Estado não corra riscos. Mas haverá um instante, passados alguns anos, que não haverá mais necessidade do sigilo. Por isso os arquivos estão disponíveis para historiadores, pesquisadores – comentou o ex-ministro.

Alberto Cardoso afirmou que, quando esteve à frente do GSI, “não se abria nada que pudesse comprometer a honra, a privacidade

e a intimidade de alguma pessoa”. Mas, garantiu, se alguém pedisse informações sobre si mesmo, teria acesso a elas.

O relator da CPI, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), pediu ao general sugestões para mudanças na legislação. Cardoso sugeriu que o Congresso fiscalize melhor as atividades de inteligência. O Congresso tem uma comissão com essa finalidade que pode exercer esse controle “sem pôr dados a público em uma CPI, sem fragilizar o sistema de segurança”.



Ex-ministro Alberto Cardoso (D) diz ao relator, Luiz Sérgio, e à presidente da CPI, Marisa Serrano, que, “passados alguns anos”, sigilos devem ser abertos para a sociedade e para historiadores

Ministro da Pesca compensou erros no uso do cartão

O ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, defendeu-se das acusações de uso irregular de cartão corporativo na CPI Mista. Ele contou ter devolvido R\$ 548,60, gastos por erros administrativos. Conforme o ministro, a Controladoria Geral da União encontrou duas “impropriedades”, mas as considerou “sem má-fé”.

Gregolin defendeu a manutenção do uso de cartões corporativos por funcionários públicos, por acreditar que a ferramenta oferece economia e melhor controle de gastos. O ministro informou que, entre 2006 e 2007, gastou R\$ 36.027,72 com o cartão e que, se tivesse recebido diárias em viagens, teria recebido R\$ 43.858,31.

Segundo ele, um dos erros que cometeu foi ter pagado com cartão almoço para uma delegação chinesa, o que só pode ser feito por funcionários da Presidência. Por isso, o ministro devolveu os R\$ 512,60 gastos. Outro engano foi ter pagado almoço para terceiros, no valor de R\$ 26.

Deputado denuncia Gregolin por uso de cartão em campanha

O deputado Vic Pires Franco (DEM-PA) denunciou que o ministro Altemir Gregolin fez campanha eleitoral para o presidente Lula em viagem ao Pará em 2006 e usou o cartão corporativo. Gregolin havia confirmado que a viagem fora com agenda do ministério.

O deputado leu transcrição do discurso que o ministro teria feito durante a distribuição de carteiras de defeso a pescadores no Pará em que pediria votos para Lula e acusaria o PSDB de pretender acabar com programas sociais do governo e privatizar estatais. Vic Franco e Carlos Sampaio (PSDB-SP) pediram providências e cobraram a demissão do ministro.

Em resposta, Gregolin disse que a denúncia já foi julgada pela Justiça Eleitoral e arquivada em 2007. Ele garantiu que nunca fez campanha em ato oficial e que o discurso fora feito à noite, fora do horário de trabalho, em uma reunião do PT.

Audidores acham mais gastos em free shop

O deputado federal Índio da Costa (DEM-RJ) informou que auditores do Senado encontraram novos casos de compras em *free shop* com cartões de crédito corporativos do governo federal. A equipe da Casa é responsável pela análise dos documentos contábeis enviados pelo Banco do Brasil à CPI Mista dos Cartões Corporativos. O deputado, no entanto, não quis dar mais detalhes sobre o assunto.

Índio da Costa também revelou que os auditores encontraram compras superiores a R\$ 1 milhão sem indicação do estabelecimento onde foram feitas. Ele acrescentou que, em 7 março deste ano, foi efetuado saque de R\$ 16.390 com um cartão da Presidência da República, sem a obrigatoria identificação do seu titular. Segundo o deputado, o dado foi retirado do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Diretor do BB se compromete a prestar informações

O diretor da área de cartões do Banco do Brasil (BB), Alexandre Correa Abreu, confirmou na CPI mista a responsabilidade do banco em prestar informações sobre a contabilidade de gastos com cartões. Ele se comprometeu a verificar os gastos não identificados e saques superiores a R\$ 10 mil para prestar contas, posteriormente, à CPI.

Abreu explicou que o BB não tem controle sobre a escolha de quem vai portar o cartão, pois o contrato é feito com o Ministério do Planejamento, que repassa os cartões às unidades gestoras.

Ele afirmou ainda que, por isso, não há avaliação de risco de quem portará o cartão, já que o cliente do banco no caso é o governo federal. O limite de cada cartão, explicou, é definido pelo ordenador de despesa e é obrigatório haver um empenho prévio.

No caso de saques em dinheiro, completou, o limite é de R\$ 1 mil por dia nos terminais eletrônicos. Para uma quantia maior, o saque precisa ser feito no banco.

Márcia Kallume

Na Subcomissão da Reforma Tributária, especialistas elencam vantagens do sistema para simplificar e diminuir sonegação

Nota fiscal eletrônica vai simplificar o ICMS

O fim dos postos fiscais nas fronteiras entre os estados será uma das conseqüências da universalização da nota fiscal eletrônica – já adotada em 18 estados – como base para a cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O prognóstico foi feito pelo coordenador-geral de Fiscalização da Receita Federal, Marcelo Fish de Berredo Menezes, e pelo secretário-adjunto de Fazenda de São Paulo, George Tormin, em audiência na Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A importância da nota fiscal eletrônica para o sucesso das mudanças no sistema tributário nacional foi reconhecida pelos participantes do debate. A universalização do seu uso vai oferecer informações sobre a arrecadação de cada estado, essenciais para o estabelecimento de compensações entre as unidades beneficiadas ou prejudicadas com a mudança do sistema de tributação da origem para o destino.

– A reforma só vai funcionar bem se a nota eletrônica for ado-



Dornelles (E) e Jereissati apontam a redução da burocracia como vantagem do sistema

tada em todas as unidades federativas – ponderou o ex-secretário da Fazenda do estado da Bahia, Albérico Mascarenhas, que também participou do debate.

Para as empresas, as grandes vantagens são a simplificação e o barateamento do custo administrativo do pagamento dos tributos. O fisco, por sua vez, é beneficiado com a redução da sonegação.

– Quando todo mundo paga, cada um paga menos – observou o relator da subcomissão, senador

Francisco Dornelles (PP-RJ), ao avaliar os efeitos positivos, para os contribuintes, da redução da sonegação por meio da nota fiscal eletrônica.

No momento, há duas bases de escrituração digital das operações de compra e venda de mercadorias. Uma delas foi criada pela própria Receita, a Sefaz Virtual, com a adesão de sete estados. Outra foi desenvolvida pelo Rio Grande Sul, que atende a 11 unidades da Federação.

Integração dos fiscos depende de sistemas automatizados

Segundo os palestrantes, os sistemas de notas eletrônicas em operação hoje possuem tecnologias convergentes e poderão ser ajustados de forma a permitir a migração de informações de um a outro.

O Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), criado para integrar todos os fiscos do país, já reúne a base de dados da Receita Federal. O Sped servirá de cadastro único para todos contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas.

Berredo informou que o sistema emitiu, desde 2007, 1,2 milhão de notas eletrônicas, envolvendo R\$ 10,3 bilhões em transações, no período de adesão voluntária das empresas. A partir deste mês, começa a fase compulsória para alguns setores.

Mascarenhas ressaltou que, com o Sped, os fiscos terão condições de cruzar dados dos contribuintes e obter elementos adicionais para combater a sonegação.

Especialistas pedem fim do monopólio e maior dinamismo

A secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Lytha Battiston Spindola, defende o projeto por acreditar que ele pode conferir competitividade e dinâmica ao sistema.

– A situação atual não permite a ampliação da oferta logística. O impasse prejudica o comércio exterior e impede a ampliação dos investimentos. Hoje, é mais caro levar uma mercadoria de um porto do Nordeste a um porto do Sudeste do que à Ásia – disse.

O presidente da Associação Brasileira dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros, Albino Tramuja, propôs o fim do monopólio do setor, que está nas mãos de poucos permissionários ou concessionários.

Já o secretário de Assuntos Portuários e Marítimos de Santos (SP), Sérgio Aquino, defendeu ajustes no PLS 327/06 que incentivem principalmente o transporte. Ele também sugere um plano de recuperação das cidades portuárias.

Heráclito Fortes (DEM-PI) anunciou que a CI fará nova rodada de debates sobre o tema.

Comissão Risco Ambiental elege Jayme Campos

Foi instalada ontem a Comissão Temporária Externa Risco Ambiental, do Senado, que vai verificar *in loco* a situação ambiental dos 31 municípios da Amazônia apontados, em 2007, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), como maiores desmatadores.

Na reunião, os senadores Jayme Campos (DEM-MT) e João Pedro (PT-AM) foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) será o relator.

Na terça-feira, a comissão aprovará um roteiro de trabalho. Jayme Campos sugeriu que os senadores ouçam a direção do Inpe, governadores e representantes do Ministério do Meio Ambiente. Depois, o colegiado visitaria os 31 municípios.

A comissão é composta de cinco senadores titulares e cinco suplentes.



Jayme Campos critica prazo curto dado para produtores em áreas de desmatamento

Para senador, recadastramento rural é "perverso"

Em Plenário, Jayme Campos criticou o recadastramento das propriedades rurais nas áreas que apresentariam maior índice de desmatamento na Amazônia Legal. Segundo avaliou, o Decreto 6.321/07, que determinou a obrigatoriedade do recadastramento de 3 de março e 1º de abril deste ano, "é perverso".

– É quase impossível fazer isso no prazo estipulado – afirmou.

O governo advertiu que os proprietários de imóveis acima de quatro módulos fiscais que não se recadastraram terão o cadastro suspenso e ficarão impedidos de realizar transações imobiliárias ou financiamentos agrícolas.

Jayme Campos se disse ainda preocupado com a população dos 31 municípios da Operação Arco de Fogo da Polícia Federal, da Força Nacional de Segurança, do Inkra e do Ibama.

Entenda o projeto sobre as aduanas

O debate na CI serviu para aprofundar o exame do projeto que modifica a legislação aduaneira (PLS 327/06). A audiência foi pedida pelo senador João Tenório (PSDB-AL), relator da proposta, elaborada pelo ex-senador João Alberto Souza, a partir de medida provisória (MP 320/06), que foi derrubada no Senado por não atender ao pressuposto de urgência.

O projeto muda o regime jurídico dos portos secos, zonas aduaneiras secundárias instaladas próximas às regiões produtoras para facilitar os processos da exportação, hoje sujeitos a licitações.

Pela proposta, a exploração dos serviços poderá ser feita pelos chamados centros logísticos e industriais aduaneiros (Clias), que receberiam licença do poder público desde que preenchidos requisitos técnicos definidos na lei. O objetivo é conferir mais competitividade ao setor exportador e torná-lo mais dinâmico.

A matéria também determina os locais e as empresas que poderão executar as atividades. Caberá à Secretaria da Receita Federal definir os requisitos técnicos e operacionais para o alfandegamento com segurança e operacionalidade.

Novo modelo aduaneiro é apontado como solução e acusado de privatização

Apontado como solução para dinamizar as exportações e acusado de promover uma privatização inconstitucional do setor aduaneiro. Essa foi a situação do projeto de lei (PLS 327/06) durante audiência realizada pela CI para discutir a proposta de um novo regime jurídico para os portos secos.

Na avaliação da secretária-adjunta da Receita Federal, Clecy Maria Busato Lionço, a atual legislação trata a atividade aduaneira como serviço público e prejudica as exportações, além de criar instabilidade jurídica. Segundo ela, a atividade aduaneira teria natureza de setor privado e precisa de um regime mais adequado às necessidades empresariais do

serviço.

Já para César Augusto Guimarães Pereira, da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegários (Abtra), as mudanças representam a privatização do setor portuário brasileiro, contrariando a competência constitucional da União de explorar a infra-estrutura de portos.

– O projeto confere poder de coerção, de polícia aos particulares que explorarão os Clias. O abandono do regime público nesse setor, com a garantia da isonomia de tarifas e de todas as outras garantias básicas asseguradas pela licitação, representa prejuízo para o usuário. O remédio pode não ser adequado à doença – disse.



Relator do projeto sobre aduanas, João Tenório (C) comandou audiência na comissão

Reunião na Subcomissão de Defesa da Mulher defende Lei Maria da Penha

Os debatedores da reunião da Subcomissão Permanente de Defesa da Mulher, ligada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, concordam em que a promulgação da Lei Maria da Penha (11.340/06) foi essencial para que as garantias da Declaração Universal dos Direitos Humanos chegassem às mulheres brasileiras.

Para Aparecida Gonçalves, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, é um desafio enfrentar a cultura machista da sociedade brasileira. Exemplo disso é o posicionamento de 80% dos juízes, que não aplicam a lei. A antropóloga Lia Zanotta Machado observou que a violência contra a mulher sempre foi tolerada em prol da “harmonia familiar”. A lei,

acredita ela, responde a antigos e legítimos anseios das mulheres.

De acordo com a subprocuradora-geral dos Direitos do Cidadão, Ela Wiecko, ainda é cedo para avaliar o número de casos de violência desde que a lei entrou em vigor. Germana Morais, juíza e ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça, lamentou a instalação, até agora, de apenas 17 juizados especiais, enquanto a lei previa um para cada estado.

O promotor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Fausto Lima relatou experiência vivida na aplicação da Lei Maria da Penha, em maio de 2007. Iranilde Barbosa, da Organização de Mulheres Indígenas, ressaltou a luta para fazer a lei prevalecer.

Leopoldo Silva



Ideli Salvatti (E) conversa com Fátima Cleide durante reunião da Subcomissão da Mulher

Maioria que se prostitui no exterior vai para a Espanha, afirma delegado

O coordenador de Direitos Humanos da Polícia Federal (PF), delegado Felipe Tavares Seixas, confirmou na Subcomissão Permanente de Defesa da Mulher que a maioria das brasileiras que se prostituem no exterior vai para a Espanha, mas também para Portugal, Itália, Suíça, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa.

Conforme levantamento da PF, elas vêm quase sempre de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São

Paulo, e na maioria são mães solteiras, têm de 18 a 30 anos, baixa escolaridade, histórico de prostituição e violência doméstica. “Por ano, cada vítima do tráfico gera 30 mil dólares de lucro”, explicou.

A representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Márcia Vasconcellos, informou que, dos 2,4 milhões de pessoas submetidas a trabalhos forçados fora de seus países, 43% são vítimas de exploração sexual.

Sessão do Plenário lembra o aniversário da publicação. Em discursos, parlamentares ressaltam a importância do periódico para a história de Minas Gerais e também do Brasil



Wellington Salgado, Henrique Hargreaves, Edson Sanosio, Alvaro Dias, Carlos Velloso e Eliseu Resende participam da celebração

Senadores homenageiam os 80 anos do jornal *Estado de Minas*

O Senado homenageou ontem os 80 anos de fundação do jornal *Estado de Minas*. A sessão foi proposta por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), para quem o periódico é “um jornal à altura de Minas Gerais”. Ele também chamou a atenção para a importância da militância na publicação de homens como Tancredo Neves e José Maria Alckmin.

Eliseu Resende (DEM-MG) destacou o equilíbrio e o pioneirismo da publicação. E citou declaração do vice-presidente da República, José Alencar, na festa de comemoração dos 80 anos do jornal, em Belo Horizonte: “A imprensa tem, no *Estado de Minas*, uma das maiores expressões do jornalismo sério, responsável e pluralista, combinação exata da

modernidade com a tradição”.

Para Wellington Salgado (PMDB-MG), o periódico é um “fórum democrático”, aberto à pluralidade de opiniões.

– Sempre à frente dos principais debates e embates, o *Estado de Minas* é a voz legítima dos anseios e do trabalho do povo mineiro – disse.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) reforçou a ideia da ligação estreita entre a trajetória do jornal e a história política de Minas Gerais e do Brasil.

Adelmir Santana (DEM-DF) destacou o papel do periódico no desenvolvimento de Minas e do Brasil. Cristovam Buarque (PDT-DF) saudou a longevidade da publicação, o que demonstraria a evolução técnica e profissional.

Por sua vez, Mão Santa (PMDB-PI) declarou que “o *Estado de Minas* é como Minas Gerais, já nasceu grandioso”.

Paulo Duque (PMDB-RJ) lamentou que “muitos jornais de tradição no Rio de Janeiro não resistiram e desapareceram, mas o *Estado de Minas* continua firme”. Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou o periódico de “baluarte da liberdade de imprensa”.

Estavam presentes o diretor-presidente do jornal, Britaldo Soares; o diretor-geral, Edson Zenóbio; o diretor-executivo, Álvaro Teixeira da Costa; o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Velloso; e o ex-ministro chefe da Casa Civil no governo Itamar Franco, Henrique Hargreaves.

CPI pede à Interpol investigação de cidadão americano

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia aprovou requerimento de seu presidente, senador Magno Malta (PR-ES), para que a Interpol investigue nos Estados Unidos os computadores de Michael Joseph Clifford, cidadão americano que está sendo investigado por pedofilia na operação Castelo

de Areia, da Polícia Civil e do Ministério Público do Rio de Janeiro. O material da investigação deve ser enviado à CPI, segundo o requerimento.

Também foi aprovado pedido de audiência com o embaixador dos Estados Unidos, Clifford M. Sobel, para tratar da denúncia contra Michael Joseph Clifford.

A CPI acolheu ainda a busca e apreensão das gravações feitas por câmeras de segurança nos locais visitados pela Polícia Civil.

Um outro requerimento garante a realização de diligência de membros da CPI na cidade do Rio de Janeiro para acompanhar as investigações da operação Castelo de Areia.

CRE aprova nomes para embaixadas no Egito e na Guiné

Os programas sociais do governo brasileiro, como o Bolsa-Família, deverão estar entre as prioridades do relacionamento do Brasil com o Egito, na opinião do diplomata Cesário Melantônio Neto, indicado para embaixador no Cairo. Isso porque, afirmou, enquanto a economia vai bem, a área social é o “calcanhar-de-aquiles” do governo egípcio.

A indicação recebeu o aval da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com base em relatório apresentado pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Também recebeu parecer favorável da comissão a indicação do diplomata José Fiúza Neto para embaixador na República da Guiné. Segundo Fiúza, a cooperação na área agrícola deverá ser uma das prioridades no relacio-

namento bilateral nos próximos anos, especialmente na área de biocombustíveis. O relator foi o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

A CRE aprovou ainda a indicação do embaixador brasileiro no Paquistão, Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, para exercer cumulativamente o cargo de embaixador junto ao Afeganistão e ao Tadjiquistão.



José Fiúza Neto (E), Cesário Melantônio Neto e Eduardo Azeredo durante audiência na CRE

Gercildo Magela

José Cruz

Em audiência sobre os direitos dos povos indígenas, também é debatida decisão do STF de suspender a desocupação da reserva Raposa Serra do Sol

Senadores lamentam a interrupção da retirada de ocupantes de área indígena

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), os senadores Sibá Machado (PT-AC), Fátima Cleide (PT-RO) e Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentaram a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender a operação da Polícia Federal de retirada de produtores de arroz da área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. De acordo com

Fátima Cleide, a decisão foi tomada sob a alegação de que se trata de uma região de fronteira, devendo ser tratada como área de segurança nacional.

Autora do requerimento para realização da audiência, que discutiu a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a se-



Entre Carlos Eduardo Oliveira (E) e Marinho Rezende Filho, Paim preside reunião da CDH

nadora considerou a decisão “violação de um direito indígena”.

– Por que, quando falamos do direito à terra para o índio, isso é considerado ataque à soberania? – questionou a parlamentar.

Na avaliação de Cristovam Buarque, é preciso buscar soluções técnicas e

políticas para manter a segurança nas áreas indígenas de fronteira, respeitando a soberania dos povos que ali vivem.

– O indígena é um brasileiro e deve ter os direitos respeitados. Devemos nos orgulhar dos povos indígenas, como parte da diversidade da família brasileira – opinou Cristovam.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) destacou o trabalho feito pelo Exército na fronteira, onde ocorre “uma convivência respeitosa e pacífica com as comunidades indígenas”. Conforme informou, a grande maioria dos soldados que servem naquelas localidades é de origem indígena, e o Comando do Exército permite a comunicação em língua local.

Mozarildo elogia Supremo por suspender operação da PF



Mozarildo também informa que foi negada liminar para retomar a retirada

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou a decisão, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspender a Operação Upatukan 3, da Polícia Federal (PF) para retirar os ocupantes não-índios da área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Segundo afirmou, o ministro do STF Carlos Ayres Britto também negou liminar pedida pela Advocacia Geral da União (AGU) para retomada da operação.

– Quero parabenizar as duas decisões do STF – registrou.

Os custos da operação, conforme Mozarildo, já beiram os R\$ 20 milhões, dinheiro

que poderia ter sido “mais bem empregado em melhorias para os indígenas”. O senador protestou contra a demarcação da reserva, que, em sua opinião, foi feita sem ouvir os moradores da região. Ele apontou “manobras” do ministro da Justiça à época, Márcio Thomaz Bastos, que teria anulado uma portaria de demarcação da área e, em seguida, editado outra semelhante, inviabilizando as ações que corriam no STF questionando os limites da reserva.

– O presidente Lula foi alertado desse erro, e, mesmo assim, ele e o ministro Thomaz Bastos não voltaram atrás – disse.

Terena defende declaração sobre direitos indígenas

A regulamentação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de setembro de 2007, foi solicitada ontem pelo presidente do Memorial dos Povos Indígenas do Distrito Federal, o índio Mariano Terena. Ele participou da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre a implementação do documento.

– Esperamos essa regulamentação pelo Congresso Nacional como um grande ato da nação brasileira e início de um diálogo franco, com direito a controvérsia, mas respeitosa, que não coloque o índio como selvagem da soberania brasileira – disse.

Por sua vez, o representante do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Carlos Eduardo da Cunha Oliveira, ressaltou que o Brasil considera a declaração uma conquista importante. Explicou que existem no Brasil cerca de 220 diferentes tribos, ocupando área de 12,4% do território nacional.

Participando da audiência pública como representante do Ministério da Defesa, o coronel do Exército Marinho Pereira Rezende Filho afirmou que as Forças Armadas têm feito todos os esforços para atender às reivindicações dos povos indígenas e para que o relacionamento com eles seja “o mais saudável possível”.



Terena (D) conversa, na comissão, com Sibá Machado

Fátima Cleide diz que vai buscar apoio para aprovação

A senadora Fátima Cleide (PT-AC), que requereu a audiência pública, destacou o compromisso da bancada do Partido dos Trabalhadores com a causa indígena. Ela disse que buscará o apoio da maioria do Senado à declaração das Nações Unidas.

No mesmo sentido, Sibá Machado (PT-AC) conclamou os parlamentares a ratificarem o documento e pediu uma discussão “desapaixonada” sobre o assunto. Segundo o senador, as disputas em torno das reservas indígenas são motivadas por interesses na madeira, nos minérios e nos rios existentes nos territórios.

Ao saudar os participantes do debate, o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), cobrou da Câmara a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, “que tramita naquela Casa há 20 anos”. Caso os deputados não agilizem a votação da proposta, ponderou, poderá ser apresentado pela comissão projeto semelhante, em concordância com os interesses dos grupos indígenas.

Cristovam quer dia de solidariedade a Ingrid Betancourt, refém das Farc

Cristovam Buarque (PDT-DF) encaminhou à Mesa do Senado requerimento pedindo a criação do Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela Vida da ex-senadora Ingrid Betancourt, refém das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). A proposta, de iniciativa do senador pelo Distrito Federal, foi aprovada pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Na data sugerida – 23 de abril próximo –, parlamentares de todo o mundo devem ocupar a tribuna para discursar em defesa da integridade, da liberdade e da vida da ex-senadora. Cristovam pede, na proposta, ao presidente do

Senado, Garibaldi Alves, que envie circulares aos parlamentos dos vários países sugerindo a manifestação de solidariedade.

Cristovam solicita ainda que Garibaldi entre em contato diretamente com os presidentes da França, Nicolas Sarkozy; da Colômbia, Alvaro Uribe; e da Venezuela, Hugo Chávez, além do presidente Lula, para solicitar apoio à iniciativa.

Ex-candidata à presidência da Colômbia, Ingrid Betancourt foi seqüestrada em fevereiro de 2002 e faz parte de um grupo de reféns políticos que as Farc pretendem trocar com o governo de Alvaro Uribe por cerca de 500 rebeldes encarcerados.

Ex-presidente da Colômbia pede ação em favor de reféns

O ex-presidente colombiano Ernesto Samper pediu que o Brasil componha um “bloco humanitário”, juntamente com Venezuela e Cuba, para auxiliar na libertação da ex-senadora Ingrid Betancourt e de todos os demais reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Samper esteve ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Presidindo a reunião da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse estar de acordo com a colaboração do Brasil no processo de libertação dos reféns. Mas ressaltou que essa participação não pode ocorrer “sob a liderança” de Hugo Chávez.

Mercadante: expectativas dos inativos podem não se confirmar

“O reajuste dos aposentados e o fim do fator previdenciário são socialmente meritórios, mas, sem fontes de recurso, significam expectativas que podem não se confirmar.” A frase foi repetida várias vezes, ontem, por Aloizio Mercadante (PT-SP) para explicar as advertências na quarta-feira, antes da votação em Plenário do projeto que estende aos aposentados do INSS os aumentos reais do salário mínimo (PLC 42/07) e do que acaba com o “fator previdenciário” (PLS 296/03).

Mercadante ponderou que os senadores jogaram para a Câmara e para o Executivo a responsabilidade de encontrar fontes de financiamento dos novos gastos.

– A Lei de Responsabilidade



Moreira Mariz

Mercadante afirma que não há fontes de recursos para bancar novos gastos

Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias só permitem a criação desses gastos se houver fontes de financiamento. Não há. O governo já está contingenciando gastos do Orçamento de 2008. Não se pode usar excesso de arrecadação para bancar despesas continuadas.

João Pedro elogia trabalho do Parlamaz

Ao registrar sua participação em encontro do Parlamento Amazônico (Parlamaz), realizado na terça-feira, em Lima, o senador João Pedro (PT-AM) lamentou que o Brasil não participe formalmente daquele organismo, criado em 1989.

O parlamentar relatou que a reunião abordou principalmente as questões ambiental e de divisão territorial, além da rearticulação do colegiado para torná-lo novo espaço de discussão de temas de interesse da região. João Pedro infor-



Gerardo Magela

João Pedro lamenta o fato de o Brasil não integrar o colegiado regional

mou que o próximo encontro ocorrerá em Manaus, no mês de outubro.

Na presidência da sessão, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) considerou ser um absurdo o Brasil, país detentor da maior parte da Amazônia, não integrar aquele parlamento.

Paulo Paim volta a defender extinção do foro privilegiado

Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender ontem, da tribuna, o fim do foro privilegiado. Em reforço à sua tese, citou manifesto da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), aprovado em 2007, no qual a entidade afirma que esse benefício “configura um impedimento à responsabilização pública das autoridades nos diferentes Poderes da República, em todos os níveis da Federação”.

Paim destacou a repercussão de discurso anterior sobre o assunto e registrou o recebimento de diversos e-mails de apoio à sua preocupação. Segundo sustentou, a igualdade é uma prerrogativa natural do homem e, para tanto, deve ser respeitada.



Gerardo Magela

Paulo Paim cita, em defesa de sua tese, Norberto Bobbio e manifesto da SBPC

O senador mencionou ainda palavras do filósofo e jurista italiano Norberto Bobbio, de repúdio ao foro privilegiado, por entender que “o regime democrático requer a transformação no sentido de que sejam rompidos interesses de dirigentes de Estado”.

Senadores relatam os prejuízos que as enchentes no Nordeste têm causado à população e à economia de municípios onde historicamente chove pouco

Chuvas atingem setores vitais da economia, afirma Rosalba

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) voltou a comentar ontem em Plenário os prejuízos à economia do Rio Grande do Norte decorrentes das enchentes que atingem o Nordeste. Em visita aos municípios afetados, a parlamentar atestou as perdas em setores vitais da pauta de exportações locais, como fruticultura, carnicultura (criação de camarão), indústria salineira e exploração de petróleo.

Rosalba Ciarlini cobrou sensibilidade do governo federal para o problema e defendeu a renegociação das dívidas dos produtores rurais como forma de viabilizar a retomada de suas atividades e manter a oferta de empregos no estado.

– São milhares de famílias que sofrem a angústia de não saber



Vandemoer/Flickr

Segundo Rosalba (na foto à direita), famílias inteiras não sabem quando retomarão a vida normal

quando retomarão a vida normal. Está tudo alagado. Do sal nem se fala. Produzimos 96% do sal brasileiro. Há 34 empresas que estão com as fazendas de camarão totalmente inundadas – relatou a senadora, acentuando que as enchentes vêm afetando planta-



Gerardo Magela

ções de banana, mamão, melão, melancia, manga e maracujá, entre outras.

José Maranhão diz que são 18 mil paraibanos afetados pelas cheias

Ao discursar em Plenário, o senador José Maranhão (PMDB-PB) solidarizou-se com os mais de 18 mil habitantes paraibanos afetados pelas cheias. Conforme disse, o estado está sendo “duramente castigado” nas últimas semanas pelos temporais, que já causaram 26 mortes por afogamento e atingiram mais de 85 municípios, onde já foi declarado estado de calamidade pública.

Maranhão informou que o

município de Sousa é um dos mais afetados, e que o povoado Curralinho e a cidade de Cabaceiras estavam isolados devido aos alagamentos. Vários açudes do estado foram destruídos, acrescentou.

O parlamentar paraibano avaliou como singular a situação da região, que, por fazer parte do semi-árido, apresenta baixíssimas taxas de precipitação e é historicamente atingida pelas secas nordestinas.



Gerardo Magela

José Maranhão lembra que região é tradicionalmente atingida pela seca

O senador Efraim Morais (DEM-PB) também se solidarizou com a população paraibana e informou que a cidade de Vista Serrana está ilhada.

Mão Santa cobra a recuperação de rodovias no Piauí

Ao ler discurso do deputado estadual do Piauí José Roncalli Costa Paulo (PSDB), o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou em Plenário o governo federal pelas más condições de conservação das rodovias do estado. Mão Santa observou que a falta de investimentos na manutenção das estradas piauienses tem gerado grandes



Gerardo Magela

Situação das estradas dificulta o escoamento da safra, diz Mão Santa

dificuldades para o escoamento da safra de grãos colhida na região. Há rodovias, conforme o senador, em que o motorista chega a levar mais de seis horas

para percorrer um trecho de 100 quilômetros.

– Avaliem quanto tempo e o tamanho do prejuízo que não tem o produtor para retirar a sua carga – disse Mão Santa.

Fator previdenciário

Em seu pronunciamento, Mão Santa também comemorou a aprovação, na quarta-feira, do Projeto de Lei do Senado 296/03, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que extingue o chamado fator previdenciário e modifica a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social.

Colombo critica veto do governo à fiscalização do imposto sindical

O senador Raimundo Colombo (DEM-SC) classificou como inaceitável o veto do presidente Lula ao artigo da lei de reconhecimento das centrais dos trabalhadores que obrigava essas entidades a prestarem contas, ao Tribunal de Contas da União, dos gastos com recursos do imposto sindical.

Colombo admitiu não

ter simpatia pelo projeto, porque trataria de repasses em um sistema "cartorial".

— O dinheiro tem que ficar com as pessoas. Cada vez impõem-se sobre a sociedade mais taxas e tarifas. E lá se vão mais R\$ 100 milhões — protestou, em referência aos recursos que serão arrecadados anualmente. O senador mencionou ação do DEM para que o dinheiro a



“É inaceitável” a decisão de Lula, diz Raimundo Colombo

ser transferido aos sindicatos seja considerado imposto e, portanto, sujeito à fiscalização.

Claudino quer estímulo à volta de deficiente aposentado ao trabalho

João Vicente Claudino (PTB-PI) defendeu projeto de sua autoria (PLS 56/08) que altera a legislação previdenciária referente às pessoas com deficiência. Conforme a lei atual (8.742/91), o deficiente aposentado por invalidez que retoma, voluntariamente, algum tipo de trabalho remunerado deve formalizar a desistência irrevogável do

benefício junto à Previdência Social.

A proposta institui apenas a suspensão temporária do benefício, que poderá ser retomado caso a pessoa perca ou desista do trabalho remunerado. Para tanto, bastará se submeter a perícia médica da Previdência Social para que o benefício volte a ser pago.

O senador acredita que a legislação atual desestimula



Projeto de João Vicente Claudino altera a legislação previdenciária

os deficientes aposentados por invalidez a procurarem reinserção em atividades produtivas.

Cristovam defende uso de royalties em educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou projeto (PLS 116/08) determinando que os recursos recebidos por estados e municípios a título de royalties pela exploração de petróleo sejam aplicados, exclusivamente, em ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia.

“Em alguns municípios produtores, essa receita supera as transferências constitucionais e legais”, afirma o senador na justificativa da proposta.

Para Cristovam, é necessário investir principalmente em pesquisa de fontes alternativas de energia e em qualificação de recursos humanos.



Cristovam Buarque também sugere uso dos recursos em ciência e tecnologia

Neuto de Conto: renegociação da dívida rural deve atingir R\$ 66 bi

Senador afirma que avanços na busca de entendimento demonstram a importância da participação das comissões de Agricultura do Senado e da Câmara nas discussões

Neuto de Conto (PMDB-SC) destacou da tribuna que a proposta de renegociação do crédito rural deve beneficiar aproximadamente 2 milhões e 426 mil operações, envolvendo o montante de até R\$ 66 bilhões. Isso demonstra, segundo assinalou, a importância da participação das comissões de Agricultura do Senado e da Câmara “como facilitadoras de acordos entre o governo e os produtores rurais”.

O parlamentar observou que a proposta contempla medidas de reestruturação do endividamento para facilitar a quitação das operações efetuadas nas décadas de 80 e 90. Conforme destacou, a proposta inclui a oferta de descontos para a liquidação antecipada e a redução de encargos dos contratos inadimplentes.

Ao detalhar os principais pon-



Neuto de Conto: maioria dos produtores será atendida

tos da medida em estudo, Neuto de Conto mencionou a previsão de redução dos encargos de inadimplimento incidentes sobre o saldo devedor vencido; diluição desse saldo nas parcelas vencidas; concessão de prazo adicional para pagamento de algumas dívidas; redução das taxas de juros das operações; e concessão de desconto para liquidação das operações antigas com risco da

União.

De acordo com Neuto de Conto, as operações de crédito contempladas pela proposta foram separadas em dois grupos: um para a agricultura empresarial e transações efetuadas anteriormente à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e outro para as operações no âmbito do Pronaf, do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer) e do Crédito Fundiário.

O senador catarinense salientou que inúmeras reuniões e audiências públicas mobilizaram todo o setor rural nos últimos meses. “Talvez pudéssemos avançar mais. Mas tenho certeza de que a grande maioria dos produtores será contemplada com a renegociação”, declarou.



Zambiasi apóia PEC que prevê redução da maioria em caso de crime hediondo

Zambiasi defende proposta que ataca impunidade juvenil

A delinquência juvenil vem aumentando, especialmente pela certeza da impunidade entre os jovens criminosos e pela ausência de políticas públicas para impedir de entrar na criminalidade.

A avaliação foi feita ontem por Sérgio Zambiasi (PTB-RS) ao defender o substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO) que prevê a redução da maioria penal de 18 para 16 anos no caso de envolvidos em crimes hediondos.

— Não podemos mais adiar a busca de alternativas para atender ao clamor da sociedade e evitar que alguns jovens sigam praticando crimes, muitas vezes orientados por adultos, amparados pela certeza da impunidade.

Suplicy cumprimenta Cristovam por sugerir licença a Mulholland

Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pela sugestão feita ao reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, para que se afastasse do cargo. Ontem, o reitor pediu licença por 60 dias.

— Houve uma decisão de muito bom senso e quero cumprimentar Cristovam

pela maneira com que contribuiu para que houvesse essa solução — afirmou Suplicy, dizendo esperar, agora, que os alunos que há dias ocupam o prédio da reitoria da universidade saiam “em termos civilizados e de respeito”.

O senador informou ainda que esteve com os estudantes, os quais “expressaram, com forte sereni-



Suplicy: alunos expressaram indignação com o reitor da UnB

dade, a forte indignação” com os episódios que os levaram a pedir a saída de Timothy Mulholland.

Casagrande elogia programa que universaliza o uso da banda larga

Renato Casagrande (PSB-ES) saudou o Programa Nacional de Banda Larga, lançado terça-feira pelo governo federal. A iniciativa visa assegurar o acesso à internet de alta velocidade a 56.685 escolas em áreas urbanas dos 5.664 municípios brasileiros até 2010. Seriam beneficiados, disse, 37,1 milhões de alunos.

Conforme o parlamentar,

40% das localidades deverão ser alcançadas ainda este ano, chegando a 80% em 2009 e a 100% no ano seguinte. A velocidade de acesso será de 1 megabyte.

— Trata-se de um enorme salto na universalização do acesso à internet no Brasil — enfatizou Renato Casagrande, que alertou, no entanto, para o risco de as concessionárias de telefonia, que permitirão



Casagrande: até 2010 todo o país terá internet em alta velocidade

o acesso à internet, acabar com os provedores locais, dos quais cobrariam altos preços para uso dos cabos.